

TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA LINHA DE TRANSMISSÃO 345kV VIANA 2 – JOÃO NEIVA 2 E SUBESTAÇÃO DE JOÃO NEIVA REALIZADA NO DIA 1/02/2019 NA CIDADE DE SANTA LEOPOLDINA (ES).

Ulisses

Boa noite. Vamos dar início à nossa Audiência Pública, são dezenove horas e dez minutos, nesse instante o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio do Instituto Estadual de Recursos Hídricos, o IEMA, realiza a Audiência Pública para o processo de Licenciamento Ambiental da Linha de Transmissão 345 kv Viana 2, João Neiva 2 e Subestação de João Neiva. Meu nome é Ulisses Louzada Mantovani, sou agente de Desenvolvimento Ambiental de Recursos Hídricos do IEMA e vou fazer a mediação nesta noite. Como secretária de atas, que vai registrar os eventos desta noite, temos a senhora Maica Bianca Kohls e o desenvolvimento da Audiência é bem simples, consiste em quatro passos basicamente: apresentação do projeto pelo representante da empresa, no caso Interligação Elétrica Itaúnas, seguido da apresentação do estudo pela consultoria ambiental, intervalo de quinze minutos, debate e o encerramento. Todos os que receberam as regras de como vai funcionar a Audiência Pública, vou fazer uma leitura bem rápida, pra reforçar. Todos os que se encontram aqui deverão assinar a lista de presença, porque já todos fizeram quando entraram, a duração da Audiência Pública poderá ser de duas horas e trinta minutos, podendo ser prorrogada por mais 30 minutos conforme a necessidade de resposta às perguntas que cheguem à mesa. Os interessados em formular perguntas deverão preencher o formulário também entregue na entrada, incluindo nome, endereço para correspondência para que as mesmas sejam encaminhadas à mesa. Essa é uma providência que a gente toma caso não dê tempo de responder às perguntas que forem encaminhadas à empresa, ao IEMA. Pode respondê-las posteriormente. As inscrições para as perguntas escritas e orais serão encerradas trinta minutos após o início dos debates. As perguntas recebidas serão distribuídas aos integrantes da mesa para o respectivo pronunciamento. Após todas as perguntas escritas e encaminhadas à mesa terem sido respondidas será aberto espaço para a realização das perguntas orais. Nesse caso quando a pessoa quiser fazer a pergunta oral, no espaço dedicado à pergunta, escreva só palavra oral, que no seu devido tempo será dada voz a essa pessoa. Serão somente respondidas questões que tratem do empreendimento em discussão nessa Audiência Pública. Não haverá debates sobre outros assuntos, como impacto de outros empreendimentos daqui da região. Também não haverá momento para se votar pela aprovação ou rejeição do empreendimento discutido aqui. No entanto, é assegurado aos cidadãos, conforme a Constituição Estadual, em seu parágrafo quinto, artigo cento e oitenta e sete, nesse artigo prevê o seguinte: o direito de pleitear referendo popular para decidir sobre a instalação ou operação de obras ou atividades de grande porte e de elevado potencial poluidor. Mediante requerimento à Assembleia Legislativa, subscrito por no mínimo cinco por cento do eleitorado do município atingido. Para as perguntas orais, cada participante terá o tempo de dois minutos para formular sua pergunta, e componente da mesa a quem se referir a pergunta por sua vez disporá de três minutos para dar a resposta. O tempo de inscrição para as intervenções será encerrado trinta minutos do início da fase de debates. A Ata que está sendo escrita aqui, conjuntamente com lista de presença, ficha de perguntas, ficará à disposição no IEMA a partir do dia 15 de fevereiro. Ou seja, contados dez dias úteis a partir de hoje. Essa mesma data, a Ata da Audiência Pública também se encontrará disponível no site do IEMA: www.iema.es.gov.br. Vou passar a apresentação da equipe técnica do IEMA que está presente aqui, e que é responsável pela análise desse estudo ambiental que vai ser apresentado. Temos a Coordenadora, que é a senhora Anália Maria da Silva Ramos; senhor Alessandro de Souza Arantes; senhora Jéssica Laureth; senhora Maria Beatriz Mattar Villela Resende, e eu, Ulisses Louzada Mantovani. Agora eu vou passar um breve, uma prestação bem rápida, sobre o que significado desse momento, tanto pra quem está aqui, tanto para o Processo de Licenciamento Ambiental. A gente sempre trabalha com a perspectiva que o emprego, um

empreendimento, seja qual o porte que ele for, ele gera algumas expectativas. Seja de mudança de vida, mudança na qualidade de vida, e por isso que a gente procura incluir ao máximo a sociedade, a comunidade, que vai ser impactada pelo empreendimento nesse processo de decisão. Esse processo inclui o momento da Licença, que conforme definição legal é um Ato Administrativo pelo qual o órgão competente, no caso desse empreendimento, IEMA, estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor de forma a prevenir impactos ambientais. Quem precisa se licenciar, praticamente todos se a gente for pensar, mas a gente foca principalmente naqueles que vão se utilizar de recursos, de recursos naturais, ou que possam causar alguma degradação ao meio ambiente, então, a qualidade de vida da comunidade do entorno. Esses aqui são os estudos, alguns tipos de estudos que subsidiam as nossas análises. A gente vai apresentar, ser apresentado são os resultados dos estudos que a gente chama de Estudo de Impacto Ambiental. Quando todos chegaram aqui viram que havia alguns volumes ali, acho que são três volumes, três volumes do estudo que vai ser apresentado de uma forma um pouco mais resumida aqui. Então tem os três volumes, mais uma versão compacta que é o chamado RIMA. Na verdade, são quase como se fossem dois estudos. O RIMA é dedicado principalmente à comunidade, porque é uma versão mais simplificada do EIA, composto por muitas páginas, tem um linguajar mais técnico, o RIMA fica mais acessível. As etapas para se obter uma Licença são essas aqui. É uma Carta-Consulta ao Órgão, que define o tipo de estudo, se vai ser um daqueles que foi listado ali, esse estudo vai ser apresentado um Termo de Referência, vai ser uma espécie de Guia Metodológico de como vai ser esse estudo. Esse estudo logo vai ser apresentado, se for o caso são solicitadas complementações desse estudo, e passa-se essa etapa que quando nós encontramos agora, que é a da Audiência Pública. Em seguida pode ser a Licença deferida, ou indeferida. No caso de deferimento da Licença são estabelecidos condicionantes e formas de controle ambiental feito pelo órgão ter certeza que tá tudo dentro daquilo que foi combinado, conforme a Licença. Os tipos de Licença, os principais, são esses. LP, que é Licença-Prévia, primeira das Licenças, se a gente pode chamar assim. E com o tempo esses aspectos locais, tecnologia a ser utilizada por um determinado empreendimento. Se tanto o local quanto a tecnologia são adequados do ponto de vista do meio ambiente. Logo em seguida se passa por uma ação pra Licença de Instalação, que é a fase que a empresa se instala, o empreendimento é, digamos assim, construído. Em seguida a Licença de Operação, que é quando o empreendimento passa a operar efetivamente. Esse momento que a gente vive é um momento que é estimulado, não só aqui no Brasil, no Estado do Espírito Santo, mas em vários países. Que é uma forma da comunidade não ser pega, digamos assim, de surpresa e a gente se ver com um empreendimento que ela não sabia que existia, não sabia das suas consequências. Então é por isso que nós instituímos esse momento, que tem um caráter tanto informativo, a empresa vem aqui para informar o que vai ser o empreendimento, seus impactos, as medidas vão ser tomadas, quanto de consultar a comunidade para saber o que ela pensa, o que ela acha daquele projeto, em alguns casos chega-se até fazer algumas, alguns ajustes. E os momentos de participação popular dentro do processo de avaliação de impactos ambientais, os principais são esses. A Audiência Pública, onde nós estamos, naquela fase de Termo de Referência também existe, dependendo do grau de impacto do empreendimento, essa consulta pública, o Termo de Referência, que é o momento em que a comunidade vai saber se aquele, aquela guia que o órgão passou pra empresa tá ok, ou se precisa de fazer algum ajuste. Temos também participações de Conselhos. Aqui no Estado tem o Conselho Estadual de Meio Ambiente, conta com a participação de entidades da Sociedade Civil. Também tem os CORREMAS, os Conselhos Regionais. Além disso tem o Referendo Popular, que eu citei no começo da apresentação, e também comissões de acompanhamento de condicionantes. A participação pública está presente no Processo de Licenciamento com os seguintes objetivos: transparência acerca das informações sobre os projetos a ser licenciados, especialmente quanto à possíveis riscos da qualidade ambiental das áreas de influência; captar expectativas, inquietações das populações da vizinhança, e permitir ao órgão ambiental recolher manifestações, dúvidas, de interesse destes grupos. Conhecimento ambiental, fortalecendo a participação da sociedade nas questões ambientais. Então aproveitem esse espaço, participem dele, que é um dos momentos que nós podemos ter diálogo com a comunidade.

Obrigado. Então vamos passar à apresentação tanto do empreendimento quanto do Estudo de Impacto Ambiental, gostaria de convidar o senhor... mas deixe eu fazer o registro das autoridades que estão presentes, e logo em seguida passar a palavra aos representantes da empresa e da consultoria. Temos aqui a presença do senhor Vice-Prefeito de Cariacica Nilton Basilio Teixeira, acompanhado do Secretário de Agricultura, também de Cariacica, o senhor Carlos Cesquim. Temos também a assessora, representando o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, a Secretária Diene Bremenkamp, e a assessora que está presente é a Mirelly Bitencourt. Temos o assessor do Secretário de Obras, o senhor Dorgival Batista, Secretário Municipal de Educação, a senhora Ana Cláudia Monteiro. Passo a palavra pra apresentação do empreendimento dos impactos.

Dirceu Camargo

Obrigado, Ulisses. Boa noite a todos. O meu nome é Dirceu Camargo. Eu estou como diretor do empreendimento, né, eu sou um dos diretores do grupo ISA CTEEP, em especial aqui na interligação elétrica Itaúnas, que é a empresa constituída pra esse empreendimento. Eu gostaria de iniciar agradecendo a presença de todos vocês, pela oportunidade de a gente poder estar aqui e apresentar o que é esse empreendimento. Agradecer a presença das autoridades aqui presentes, agradecer em especial a presença da Secretária de Educação do Município, e que nos cedeu o espaço aqui da Universidade pra que a gente pudesse estar realizando então esse evento aqui com vocês, tá bom? Bom, pra falar um pouco, deixa só, pra falar um pouco então dese empreendimento, eu vou dizer pra vocês quem que é o Grupo ISA. Esse é um Grupo existente há 50 anos, ele é um grupo de origem colombiana e que chegou no Brasil em 2006 e eu vou falar um pouquinho mais dessa linha do tempo da constituição dessa nossa empresa, como é que ela chegou, onde é que ela tá, e etc, tá bom? Bom, o nosso Grupo ele tá presente em oito países, a gente trabalha basicamente com quatro tipos de negócio: a gente trabalha com transmissão de energia elétrica, trabalha com transmissão de dados, internet, trabalha com rodovias, e trabalha também com gestão de sistemas no Centro de Operação que fica lá em Medellin, na Colômbia. O Grupo todo ele é constituído por 43 filiais e empresas subsidiárias, a gente conta no grupo como um todo com 3.800 empregados ao longo desses países que a gente participa. Em termo de infraestrutura nós já temos 44 mil quilômetros de linhas de transmissão do tipo dessa que a gente vai colocar aqui e 15 mil MVA, que é potência instalada nessas diversas linhas e subestações que a gente detém por todos os países. Temos quase 50 mil quilômetros de fibra ótica, que permitem então a transmissão de dados pela internet, o nosso centro lá de Medellin coordena mais 25 quilômetros de linhas de transmissão. E a gente tem 907 quilômetros de rodovias que o Grupo controla, em especial no Chile. A gente não tem rodovias controladas no Brasil ainda, que é uma prospecção futura. Aí então a presença do Grupo, praticamente em toda América do Sul e Central, na América do Sul a gente só não está presente no Paraguai, por enquanto. E aí esse Grupo chega no Brasil e adquire uma empresa chamada CTEEP. Então a ISA colombiana veio ao Brasil e comprou aqui no Brasil essa empresa chamada CTEEP, que eu vou explicar um pouquinho sobre ela. Olhando essa linha do tempo a gente tem aqui, em 1999, tem a cisão de praticamente todas as grandes empresas de energia elétrica do Brasil. Então aqui no Estado do Espírito Santo tinha, naquela época, a Escelsa, que era geradora, transmissora e distribuidora de energia elétrica. Então essas empresas tiveram que separar esses três segmentos. No Estado de São Paulo essa empresa se chamava CESP, e a CESP também foi dividida nesses três segmentos, e o segmento de transmissão na época passou a se chamar a transmissão Paulista. Então nós estamos aí em 1999. Em 2001 tinha uma outra empresa em São Paulo, que era a Eletropaulo, que também teve que fazer a sua cisão nos mesmo modelos, e a transmissão da Eletropaulo se chamava EPTE. Então ainda em 2001 o governo do Estado resolveu fundir as duas empresas, que eram estatais, A EPTE e a Transmissão Paulista, e criou-se então a CTEEP, uma empresa estatal do Governo do Estado de São Paulo. Bom, em 2006 o Estado de São Paulo resolveu privatizar essa empresa, foi quando o Grupo ISA veio da Colômbia e arrematou, isso num leilão, e comprou então se tornando proprietária da empresa. Bom, em 2007 o Grupo que havia chegado ao Brasil resolveu continuar investindo no Brasil, só que passou a fazer esses investimentos utilizando a estrutura da CTEEP que já existia aqui. E começou a participar dos leilões de transmissões que a

gente vai falar um pouquinho também. Em 2012 teve uma decisão do Grupo, terminou, aliás iria terminar em 2015 a concessão dessa CTEEP, mas em 2012, através de uma Medida Provisória da Doutora Dilma, veio um convite pra renovação antecipada da concessão em condições muito complicadas pro Grupo, mas o Grupo, apostando no Brasil e acreditando na capacidade do país, resolveu renovar a concessão, e renovou por mais 30 anos a partir de 2012. Aí em 2016 e 17, 18, a gente vem participando dos leilões de transmissão e arrematando alguns lotes nesses leilões, né, esse lote que a gente vai tratar aqui, que gerou esse empreendimento, ele foi arrematado no finalzinho de 2016. Bom, a nossa empresa, ela tem alguns valores que a gente preza e se orgulha de falar deles: o primeiro é a ética, nós temos um compromisso de só fazer aquilo que a gente pode falar pros outros que a gente fez. E isso é ético. Então essa é uma das nossas características, a segunda é a excelência, a nossa empresa é empresa de referência em transmissão de energia elétrica no Brasil, reconhecida pela Agência Nacional, pela ANEEL. Então os nossos processos são processos muito sérios e que buscam a excelência nesse serviço que a gente presta. Uma outra vertente importante do Grupo é a inovação. A gente tá sempre buscando novas soluções, novas situações que permitam que a tarifa de energia elétrica da parte que nos cabe seja a menor possível, para os consumidores, e com isso a gente vai estar sempre buscando novas práticas e melhorias das nossas práticas. Esse projeto aqui inclusive ele trouxe isso, a gente vai mostrar ao longo das apresentações diversas coisas de inovação que foram colocadas pra que a gente pudesse chegar até aqui. E por último a Responsabilidade Social, o Grupo desde a Colômbia e em todos os países que a gente participa, é um Grupo bastante engajado com essa questão, de Responsabilidade Social. Nós não temos histórico de problemas ambientais, não temos históricos de problemas de convivência com a sociedade, então é um grupo bastante preocupado com essas questões. Bom, um pouco disso aqui eu já falei, mas eu vou só reforçar. Em função desses lotes de leilão a CTEEP, que era uma empresa do Estado de São Paulo, ela tá presente hoje em 17 estados brasileiros, com alguns projetos já em operação, funcionando, e outros em obras. A gente tem aqui no Brasil 1500 colaboradores, trabalhando, pra conectar mais de 200 milhões de brasileiros. Por que? Porque a CTEEP é uma das principais empresas de transmissão de energia elétrica do país. Nosso papel é pegar a energia elétrica que é gerada lá nas usinas, transportar ela pros grandes centros, e entregar para as distribuidoras, que vão fazer a energia chegar nas nossas casas. Então esse é o papel. A gente entrega energia, por exemplo, pra EDP - Espírito Santo que vai chegar na casa de vocês. Investimento de mais de 15 milhões de reais em programas e projetos sociais, desde que eles chegaram no Brasil, então aqui reforça aquela questão da Responsabilidade Social, tem uma série de projetos que a gente participa patrocinando. Treze bilhões de reais de investimento, desde 2007, nesses projetos de ampliação de energia elétrica, de capacidade de transmitir energia elétrica pro nosso país, permitindo o crescimento do Brasil. O Grupo tem nível um de governança na Bolsa de Valores, e isso volta de novo a reforçar a questão da ética, da Responsabilidade, porque pra atingir esse nível, poucas empresas tem esse nível no Brasil, e a gente tem o reconhecimento de que a gente trabalha sério. Possui mais de 18 mil quilômetros de linha, mais de 60 mil MVA de capacidade, e 126 subestações em diversos níveis de tensão. Aqui nós vamos construir uma linha de 345 mil volts. A gente tem na nossa residência 110 ou 220 volts. Nós estamos falando de 345 mil volts. E vamos fazer lá em João Neiva uma subestação nova em que vai ampliar significativamente a capacidade de atendimento aqui do Estado do Espírito Santo. Bom, aí o destaque para o Estado de São Paulo, né, tem 14 mil quilômetros de linha só no Estado de São Paulo, atende praticamente 100% da carga do Estado, passa pelas linhas da CTEEP, e a gente tem um grau de confiabilidade que beira 100%, ou seja, realmente é um trabalho sério e de excelência pra garantir que o nosso serviço não seja interrompido. Aí um exemplo da nossa participação, nessas linhazinhas vermelhas, nesses pontinhos brancos, que indicam a nossa presença já em instalações operacionais e instalações que estão funcionando praticamente no Brasil todo aí, é um bom pedaço. E aqui são os novos projetos, que a gente tá conduzindo agora, e que a gente pretende colocar em operação. Itaúnas está aqui, no Estado do Espírito Santo. Bom, agora pra falar sobre empreendimento, um pouco mais de detalhe técnico do empreendimento, gostaria de convidar o engenheiro José Luiz de Almeida, que é do nosso Grupo ISA CTEEP, e que vai ser o gerente desse projeto que vai tocar esse empreendimento. Por favor, Zé.

José Luiz de Almeida

Muito boa noite a todos, é um prazer estar aqui com vocês. E poder apresentar um pouco mais aqui das características do nosso empreendimento. O nosso empreendimento ele é composto, conforme já foi adiantado, através de uma linha de transmissão e de uma subestação, nós vamos detalhar um pouquinho mais sobre essa duas partes do empreendimento mais pra frente. Onde nasceu o empreendimento, lá no ano de 2016 a ANEEL fe uma licitação, conforme as regra do setor, e nessa licitação, através do leilão 013-2015 nós, a CTEEP participamos e naquela ocasião fomos vencedoras de três lotes, dentre eles, o lote 21, são vários lotes, naquele leilão foram 24, então nós arrematamos o Lote 21 composto pela linha Viana 2, que é uma subestação já em operação, e a subestação João Neiva 2, que é uma nova subestação a ser construída na cidade de João Neiva. Essa linha é de 345 mil volts, e ela tem aproximadamente 79 quilômetros. E pra quê esse empreendimento foi licitado? O Estado do Espírito Santo ele vem crescendo a sua demanda por energia elétrica, e esse empreendimento ele visa ajudar a evitar o esgotamento do fornecimento da energia elétrica na região central do Estado. E também atribuir mais confiabilidade pro sistema interligado aqui do Estado do Espírito Santo. A data de necessidade desse empreendimento ela já venceu. Na verdade, ela venceu ali em julho de 2018. Significa que, se esse empreendimento, essa linha, essa subestação já estivesse em operação ela já traria, já estaria trazendo os benefícios desejados para o sistema. Falando um pouco da linha, a linha de transmissão Viana 2, João Neiva 2. Viana 2 porque e João Neiva 2 porque já tem Viana 1. Então Viana 1 e Viana 2, já tem João Neiva 1, e nós vamos construir, se Deus quiser, a subestação João Neiva 2. Ela pra definir o traçado dessa linha a gente estudou três alternativas. E dentre essas alternativas sempre com a premissa daquela pra escolher entre essas três alternativas foram utilizadas algumas premissas. Quais? Aquelas que impactassem de forma, de menor forma no Meio, no Meio Ambiente e na parte fundiária e patrimonial. Dentre esses três traçados, dessas três alternativas, a gente pode observar aquela que tá mais escura ali no mapa, que é essa linha aqui. Ela desvia ali de várias áreas de preservação ambiental, unidades de conservação, e comunidade Quilombola. E foi, nós estamos estimando um prazo total pra construir essa linha, e também a subestação, num prazo aí de 18 meses após a emissão do Licenciamento Ambiental de Instalação, da Licença Ambiental de Instalação. A subestação, o local onde será instalada a subestação João Neiva 2, ele deveria estar num raio de 5 quilômetros a partir da coordenada geométrica. colocada no edital, colocada no edital de licitação da ANEEL. Que é mais ou menos no Centro ali de João Neiva. Então a partir do centro dessa coordenada traça-se uma circunferência com raio de cinco quilômetros e ela deveria ficar ali. E por que? Ela é o local, é a região que oferece a melhor condição pra instalação da subestação, pra atendimento da carga e pra chegada das linhas da distribuidora, as linhas de 138 KV. E mais uma vez, buscou-se o menor impacto ambiental e patrimonial para o projeto. E dentre as área também foram estudadas três áreas. A área selecionada foi a área que está ali em vermelho, a área um. Também pretendemos construir a subestação João Neiva 2 em dezoito meses. E aqui a gente traz aquilo que o Dirceu comentou, que é a inovação. Essa subestação, se nós fôssemos construir de uma forma convencional, ela ficaria muito maior do que aquilo que ela realmente vai ser. Nós estamos adotando uma tecnologia que a gente chama de subestação blindada, uma tecnologia que permite reduzir o tamanho da subestação em até 30%. Isso contribui ainda mais para minimizar o impacto no meio. Falando um pouco mais das características técnicas do empreendimento, a tensão da linha já foi falado, 345 mil volts, ou 345 KV. O circuito é simples, dois cabos por fase, a extensão é aproximadamente 79 quilômetros. Número de torre 153 aproximadamente, a largura da faixa de servidão, que é aquela faixa horizontal debaixo da linha, fica ali em 48 metros. Da subestação, é uma subestação blindada, conforme já falei, a tensão é 340, vai ter dois níveis de tensão na subestação: 345 mil volts e 138 mil volts. Os 138 mil volts são as linhas que chegarão através da distribuidora local. E que vai pras subestações menores, rebaixar para níveis ainda menores, para poder entregar para o comércio, para a indústria e para as nossas residências. A capacidade de transformação da subestação é de 1200 MVA através de 3 bancos de transformadores. Os benefícios diretos aí do empreendimento: criação de mais de 380 empregos diretos e indiretos, é uma

estimativa nossa, isso pode aumentar, provavelmente vai aumentar, através de contratações de profissionais aqui da região e também da região e também aquelas funções mais específicas, mais técnicas, também de outros fabricantes que estão situados em outros estados. E também vai causar uma estimulação, um estímulo desculpe, à economia local. Claro, nós vamos demandar serviços, vamos demandar produtos, tende a aquecer de certa forma a economia aqui do local. Como eu já disse, o acréscimo aí da disponibilidade da energia elétrica, são 1200 mega-volt-ampères de disponibilidade, de oferta, de crescimento da oferta da energia, o que vai garantir maior confiabilidade pro sistema e aumentar o potencial de desenvolvimento da região. A gente percebe que quando o PIB de um país cresce a taxa de crescimento ele vai diretamente ao encontro, ou seja, ela cresce na mesma taxa que a demanda por energia elétrica. Então por isso, pra um país, pra uma sociedade se desenvolver, nós precisamos realmente da energia. Era isso que eu tinha pra falar, mais uma vez agradeço a vocês pela presença, pela disponibilidade do tempo, muito obrigado. Nesse momento eu chamo aqui nosso colega Albertoni, que fará a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental. E também estaremos disponíveis aí pra responder a eventuais questionamentos.

Albertoni

Boa noite, Boa noite a todos, meu nome é Albertoni, eu sou biólogo, e trabalho na empresa de consultoria Econservation, e nós fomos os responsáveis pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, que tem um volume disponível aí na área externa pra que vocês possam folhear e apreciar, conhecer né, esse estudo ambiental. Cumprimento a equipe da IEMA, boa noite, as autoridades presentes, equipe da ISA CTEEP e da AIG que estão aqui presentes hoje, e todos os presentes, claro. Vou apresentar então o Estudo de Impacto Ambiental, que atende pela sigla EIA do Projeto Linhas de Transmissão 345 KV Subestação Viana 2 até a Subestação Viana 2, incluída a construção da Subestação João Neiva 2. Esse estudo é um estudo longo, complexo, que é elaborado por uma equipe multidisciplinar, a equipe tá em suas quantidades e formações apresentadas aí, eu tenho aqui hoje colegas de trabalho que atuaram na elaboração deste Estudo de Impacto Ambiental, biólogo André Assis, que coordenou a equipe de vegetação, o sociólogo Flaviano Pereira, que coordenou a equipe de socioeconomia desse Estudo de Impacto Ambiental e a bióloga Aline de Oliveira, que coordenou equipes de levantamento de fauna pra elaboração desse Estudo de Impacto Ambiental. Ao longo do, da minha apresentação, nós vamos visualizar a área que foi estudada, as de influência, vamos ter um retrato da região que nós chamamos de diagnóstico ambiental, e vamos apresentar a avaliação de impactos ambientais no empreendimento, possibilitando uma conclusão a esse respeito. Desculpa, mas agora está apresentada aí a riqueza de informações e os quantitativos da equipe técnica que elaborou esse estudo de impacto ambiental. Pra elaboração do Estudo de Impacto nós temos três áreas bem definidas: a área diretamente afetada, a área de influência direta, e a área de influência indireta. Eu vou apresentar essas áreas por meio do Google Earth pra gente ter uma facilidade de visualização dessas regiões, do que foi efetivamente estudado, ao longo desse estudo ambiental. Nós vamos passar pelas várias áreas estudadas como se fizéssemos um sobrevoo na área, visualizando as principais características da região, as áreas mais estudadas, e a delimitação das áreas de influência que eu apresentei pra vocês. Nós iniciamos essa visualização em Viana, onde tá localizada aqui em amarelo a área da Subestação Viana já em funcionamento e onde vai ser desenvolvido uma ampliação chamada Subestação Viana 2, pra receber essa linha de transmissão. Nós temos aqui em amarelo a área diretamente afetada que coincide com a faixa de servidão apresentada pelo José Luiz pra vocês, aquela faixa de 48 metros de largura, nós temos em vermelho a área de influência para o meio biótico, e em verde a área de influência para o meio físico, tá. Ao longo dessa trajetória que nós vamos apresentar alguns fragmentos florestais foram identificados e nesses fragmentos nós identificamos potencial pra caracterização, tanto da vegetação quanto da fauna, esses pontos representam dentro desses fragmentos florestais as estações amostrais, onde foram estudados tanto vegetação quanto fauna. E ao longo dos municípios nós fomos identificando as diferentes comunidades, que estão muito próximas, e que podem ser influenciadas pela implantação e operação do empreendimento. Uma delas é a comunidade Piriricas, seguindo, novo fragmentos florestais que foram também caracterizados por sua fauna e vegetação. Comunidades

representativas da área, como a comunidade Nova Holanda, comunidade Mangaraí, ao longo desse trajeto algumas cavidades, algumas cavernas foram identificadas e também foram caracterizadas, novos fragmentos identificados também foram estudados, tendo sua fauna e vegetação caracterizadas. Essas comunidades que eu tô citando são comunidades que foram visitadas para levantamento de informações por meio de entrevistas com a comunidade. As secretarias e o Poder Público, de uma forma geral, também foram consultados, e as características dessa região também foram levantadas dentro dos órgãos públicos. A comunidade Djalma Coutinho, também visitada pela equipe, novas cavernas que foram caracterizadas, novas estações de estudo de fauna e de vegetação, comunidade de encruzo, que fica muito próximo à linha de transmissão, duas unidades de conservação foram localizadas muito próximas à área de influência. Nós temos aqui unidade de conservação Morro da Vargem, onde tá indicada a mãozinha, e a APA de Goiapaba-açu, que estão muito próximas, embora as diretrizes da linha de transmissão não cruze essas unidades de conservação, a área de influência se sobrepõe à APA de Goiapaba-açu. Novos fragmentos florestais significativos foram estudados, comunidade de Pendanga também próxima à linha de transmissão, e aqui o terreno em João Neiva onde pretende se instalar a Subestação João Neiva 2. Próximo à ela, alguma cavidades, algumas cavernas também foram estudadas. Como vocês podem ver a Subestação está fora do perímetro urbano de João Neiva, Zé Luiz também apresentou isso, também mostrou isso, e ao longo de todo o trajeto da linha de transmissão áreas rurais estão sendo cruzadas, estão sendo atravessadas sem nenhuma interferência significativa sobre núcleos urbanos. E eu vou retomar lá pra Viana, só pra mostrar um detalhes que é importante, eu não identifiquei lá no início, que é Reserva Biológica de Duas Bocas, em Cariacica, que foi desviada pelos estudos, e o traçado da linha de transmissão passa ao lado dessa Unidade de Conservação, sem previsão de impactos sobre a unidade de conservação, Reserva Biológica de Duas Bocas, em Cariacica. Pode trocar, por favor, obrigado. Bom, como caracterizadas anteriormente as áreas de estudo, estão definidas no estudo e são definidas aqui na apresentação, conforme eu fui apresentando pra vocês, mostrando por meio das imagens de satélite. Vou apresentar pra vocês agora quais são os resultados dos primeiro diagnóstico, da primeira fotografia que a equipe tirou de toda a região. Ontem na Audiência Pública de João Neiva eu usei a expressão "diagnóstico", expliquei lá e torno a explicar aqui: pra um médico fazer um tratamento de um paciente ele precisa diagnosticar esse paciente. E aí indicar o tratamento correto. Para os especialistas, para os estudantes da área ambiental também é necessário fazer um primeiro diagnóstico pra que a gente possa fazer a avaliação de impacto ambiental e indicar as melhores práticas do empreendimento. Esse diagnóstico é uma fotografia de toda a região, com todas as informações sobre relevo, rochas, formação dos solos; os rios que estão naquela região, a qualidade do ar, o comportamento da sociedade, a estrutura que está disponível para aquela sociedade, a vegetação da região. Tudo isso é diagnosticado, é fotografado, fauna daquela região, pra que se tenha uma condição inicial antes da implantação do empreendimento. Eu vou passar esse diagnóstico aqui iniciando pelo meio físico, que é composto pela rochas, o solo, a água da região, a qualidade do ar da região. De forma geral, nós encontramos paisagens bem comuns repetidas nessa região, como os depósitos fluviais. Que são aqueles depósitos de solo e de sedimento que os rios fazem ao longo do tempo e as formações de maciço, que são as formações rochosas, representadas aqui nessa foto. Mais pra frente a gente consegue ver como é que essas paisagens são associadas ao longo de toda a região, ao longo de todo o trecho, onde as planícies fluviais, as regiões influenciadas pelo ciclo de cheia e de seca dos rios, combinam-se com a parte rochosa do relevo, e ao longo de todo esse caminho essa paisagem vai se repetindo. Os solos na região são diversificados e comuns pra essa área, solo do tipo latossolo vermelho e amarelo, solos que são depósitos feitos pelos rios, solo neo-solo flúvico, e neo-solo lítico, nitolítico, desculpem ainda, que são aqueles formados pela degradação das rochas. Solo, rocha, recursos hídricos podem sofrer impactos ambientais. Nesses casos aqui, nesse caso desse projeto nós temos a possibilidade que aconteçam processos erosivos em função da movimentação de terra pra construção da linha de transmissão e da subestação. Esse é o impacto negativo e que tem medidas que tem como objetivo diminuir o efeito desse impacto, as medidas mitigadoras. São elas, para esse impacto: a elaboração de um projeto executivo das intervenções, ou seja, uma obra planejada, que prevê intervenção.

Evitar intervenções em áreas com muita declividade; abrir acessos novos com implantação de caixas secas, e conter de forma imediata qualquer processo erosivo, que se observem, que se inicie ao longo da obra. Um segundo impacto identificado é pra área da Subestação João Neiva 2, alteração do padrão de drenagem do solo, ou seja, o encaminhamento das águas da chuva pela compactação do solo, impermeabilização. Isso é resolvido, esse impacto negativo é resolvido pela elaboração de um projeto executivo, contemplando drenagem e contenção dessa água, e ainda pela execução de um programa de recuperação de áreas degradadas, que é o que significa essa sigla PRADI, nas áreas onde novas aberturas de acesso forem feitas. Ainda há a sobreposição do empreendimento em áreas com direitos minerários já em desenvolvimento. Para que não haja conflito de interesses entre o empreendimento e interesses de mineração na área, é feito o requerimento do bloqueio dos direitos minerais ao longo de toda a faixa de servidão, essa faixa que o Zé apresentou e eu demonstrei como área diretamente afetada, esses direitos minerais são bloqueados e aí a prioridade e dá a construção da linha de transmissão. E ainda uma pequena alteração da qualidade do ar, ligada à circulação de veículos, que terá seus efeitos diminuídos pelo controle de velocidade dos veículos que trabalham na obra. Foram mapeados também os recursos hídricos da região caracterizados por bacias hidrográficas localizadas ao longo dos sete municípios, que compõe a área de influência do empreendimento. Nesse mapeamento foram privilegiados as buscas por nascentes na região, foi identificados 24 afloramentos de água que podem ser nascentes, como não houve um monitoramento contínuo não se define claramente como nascente, mas ao longo do, da construção e operação da linha de transmissão e da Subestação não são previstos impactos sobre qualidade de água, quantidade de água, e nem sobre o uso da água na região. Ainda falando um pouco sobre o meio físico, a espeleologia que é o estudo das cavernas, contempla meio físico e meio biótico também, todas as cavernas foram identificadas e tiveram sua relevância avaliada. Que é o que o IEMA exige que a gente faça. E ao longo desses estudos todas as cavernas foram identificadas como de baixa relevância. Bom, ao longo de todo esse trajeto, como eu falei, alguns fragmentos florestais de alguma área, algumas áreas florestadas foram identificadas e tiveram sua fauna, seus animais estudados dentro desse EIA. Foram estudados os anfíbios, que são os sapos, pererecas e rãs, foram encontradas 45 espécies de anfíbios, destas 45 espécies 2 são endêmicas, e nenhuma é ameaçada de extinção. Também foram identificadas espécies de répteis, cobras e lagartos, 34 espécies foram identificadas, dessas 33 desculpem, 2 são espécies endêmica e 2 espécies ameaçadas de extinção. Também foram caracterizados os mamíferos da área, a mastofauna. Foram encontradas 35 espécies; delas, 19 são endêmicas, e 6 são espécies ameaçadas de extinção. E por fim, foram caracterizadas as aves da região, onde foram encontradas 159 espécies, 21 delas endêmicas, e 5 espécies ameaçadas de extinção. E com a execução de uma campanha pra coleta de dados. Quais são os possíveis impactos relacionados á fauna que foram estudados? Primeiro é o risco de aumentar a atividade de caça na região, o impacto é negativo. Que pra sua redução, ou eliminação, o empreendimento pretende conscientizar os trabalhadores envolvidos na obra e conscientizar os moradores de que caça é um crime ambiental e que ela não deve ser executada, buscando inibir esta atividade ilegal. E ainda devem ser implantadas medida de controle para os trabalhadores, né? Consequências para os trabalhadores que sejam identificados envolvidos com atividade de caça. Quando há uma presença grande de rejeitos, de lixo, de resíduos, mal gerenciados eles podem atrair a fauna doméstica pras áreas onde a obra está acontecendo. Isso também é um impacto negativo. Que deve ser minimizado, ou eliminado, pela conscientização dos trabalhadores, pela conscientização dos moradores, e também implantação de medidas de controle dos trabalhadores da obra. Pela circulação de pessoas e de veículos na região, nós temos como consequência o afugentamento dos animais, impacto negativo, que deve ter como medida mitigadora, um programa de afugentamento e salvamento da fauna terrestre, onde biólogos treinados e capacitados acompanham as atividades da obra, buscando afugentar a fauna da região onde estão acontecendo as intervenções, e ainda resgatar aqueles animais que não possam, que não consigam fugir dessas áreas. Um último impacto associado à fauna é a possibilidade de que ocorram atropelamentos dos animais. Como diminuir o efeito desse impacto? Conscientizando os trabalhadores da obra e implantando sinalização e regras de trânsito, principalmente dos veículos

envolvidos na obra, com limitação de velocidade e outras limitações mais. A vegetação da região também foi caracterizada, como eu disse, e foi encontrado uma riqueza grande, são 537 espécies encontradas, delas 49 são ameaçadas de extinção. O empreendimento pra se implantar ele precisa suprimir uma parte da vegetação pra que torres sejam implantadas, pra que cabos sejam implantados de forma segura. E a Subestação também seja implantada. Pra que essa implantação aconteça é necessária a supressão de 31 hectares ao longo dos 79 quilômetros de implantação do empreendimento. Trinta e um hectares corresponde a 31 campos de futebol, pra gente ter a noção de dimensão, e esses 31 hectares correspondem a 1% de toda a faixa de servidão. Nela nós encontramos sete hectares de silvicultura, nove hectares de florestas em estágio médio, 9.9 hectares, e quatro hectares de floresta em estado avançado, que serão suprimidos. Houve um trabalho intenso para reduzir esse número, de 31 hectares, que deve ser considerado um número pequeno pra esse tipo de empreendimento, e houve um trabalho de realocação de torres, de redimensionamento de torres de transmissão, realocação do traçado da linha de transmissão, que chegou a esse número visando, principalmente, diminuir a quantidade, o volume, a área de supressão de estágio avançado e de estágio médio principalmente. Que são florestas que são legalmente protegidas. Aqui tá caracterizado este impacto de perda de cobertura vegetal e aqui as medidas mitigadoras que eu falei. A adequação da localização das torres, a localização dos acessos, principalmente em áreas de pastagem fora de APP, a redução das picadas para serviço, e a elaboração de um programa de reposição florestal também, recompondo florestas em proporção ao que vai ser suprimido. Ao longo da operação, havendo previsão de poda da vegetação, impacto é negativo, a (incompreensível) da implantação de torres em áreas de pastagem. Diminuindo o volume de poda de vegetação. Foram caracterizadas as Unidades de Conservação, como eu mostrei pra vocês anteriormente, aqui nós temos o município de Viana, a reserva de Duas Bocas, o município de João Neiva, Morro da Vargem e a APA de Goiapaba-açu, que são as Unidades de Conservação mais próximas da linha de transmissão. Também foi caracterizado o conjunto de, identificado né, o conjunto de características do meio socioeconômico, que diz respeito às pessoas, às comunidades que vivem na área. Foi, como eu já disse também, utilizada a aplicação de entrevistas com moradores da região e foram visitados órgãos públicos pra que a gente captasse, né, que a gente absorve, obtivesse informações sobre o modo de vida nessa região. Isso aconteceu nos sete municípios que fazem parte da área de influência do empreendimento, a taxa de urbanização desses municípios está aqui identificada, densidade demográfica e a população, com base em dados de 2010, mas também como demonstrado essa linha de transmissão ela passa apenas por comunidades rurais, por áreas rurais, ao largo das comunidades, sem sobrepor núcleos urbanos ou habitacionais significativos. As atividades produtivas da região para cada município também foram identificadas. Eles são destacadas em todos os municípios a presença de florestas, atividade de agricultura, atividade de pecuária, e atividade de silvicultura, destacando para cada município claramente algumas atividades diferentes. E atividade de turismo, que foi identificada como atividade bem desenvolvida na região, foi caracterizada para cada município, identificando sempre os principais pontos de visitação pra cada município. Os pontos de visitação pro município de Viana, os pontos de visitação pra Cariacica, Domingos Martins. Vale ressaltar que o território de Cariacica, Domingos Martins, que é atravessada pela linha é muito pequeno, pra Santa Leopoldina foi identificada uma área de voo livre que tá portada nesse ponto na figura, é uma área próxima a Djalma Coutinho, e que ela inicialmente tinha linha de transmissão projetada para mais próxima da sua área de decolagem, e a linha de transmissão entre a área de decolagem e a área de pouso de uma escola de voo. Com o desenvolvimento do projeto e conversas com representantes da escola de voo a diretriz da linha foi modificada e hoje nós temos área de decolagem aqui identificada e a área de pouso aqui identificada sem ter a linha de transmissão mais entre decolagem e pouso, né, houve aqui uma proposta de modificação, de adequação da linha de transmissão, pela identificação da atividade de voo livre na região. Fundão também teve as suas atividades turísticas caracterizadas, e é importante ressaltar que para essas atividades turísticas que estão identificadas a possibilidade de interferência, de associação da linha de transmissão com a atividade turística é a visualização da linha de transmissão ao longo do trânsito dos turistas, dos visitantes da região. Então o maior impacto que se espera, que

se identificou é a visualização da linha de transmissão ao longo da passagem pelos caminhos. Em Ibirapu, a identificação do mosteiro zen-budista, em João Neiva também a possibilidade de visualização da linha de transmissão pra aqueles visitantes da região de Mundo Novo, lá em João Neiva. As comunidades tradicionais ao longo desses municípios, são duas comunidades tradicionais.

Em Santa Leopoldina comunidade de retiro, em Ibirapu comunidade São Pedro, que estão distando mais de cinco quilômetros da diretriz da linha de transmissão conforme determina a legislação brasileira. Quais impactos que foram identificados para a sociedade, para as atividades humanas na região? Primeiro deles, a geração de expectativas, só de saber que o empreendimento vai se desenvolver a expectativa se desenvolve ao longo da área e pra toda a comunidade. Isso é um impacto negativo e positivo ao mesmo tempo, e que pretende-se reduzir o efeito desse impacto por meio da comunicação social, ou seja, informando a comunidade, a população, ao Poder Público, qual é o projeto, qual a sua dimensão, quantos empregos realmente ele fornece, pra que tipo de mão de obra, com que tipo de qualificação, durante quanto tempo, em que área, e com que influências. Nós hoje estamos numa atividade de comunicação social, dando a real noção, principalmente dos impactos ambientais do empreendimento. Um segundo impacto previsto é a geração de empregos, o engenheiro José já falou da geração de 380 empregos ao longo da obra, pretende-se otimizar esse impacto, que é positivo, utilizando prioritariamente mão de obra local, com adequada formação, com adequado enquadramento pro tipo de empreendimento que nós estamos discutindo aqui que é uma linha de transmissão. A interferência no cotidiano da população também é um impacto negativo previsto, pela circulação das pessoas, pela circulação dos veículos, e por todas as atividades. O impacto que deve ser reduzido pela adoção de medidas de controle da emissão de poeira e de ruído pelos carros, ainda um programa de educação ambiental para os trabalhadores, e um programa de comunicação social. Estabelecendo um diálogo entre empreendimento e comunidade ao longo da obra, que deve durar dezoito meses. O tráfego, o trânsito também deve ser influenciado de alguma forma pela circulação dos veículos envolvidos na obra, e pra reduzir esse impacto as operações de transporte devem ser planejadas em seus horários, principalmente, em volume de veículos. A sinalização dos acessos reduzindo a perturbação e ainda um programa de comunicação gerando diálogo com a comunidade. Outro impacto é a dinamização da economia local, um impacto positivo, que deve ser ampliado pela priorização de compras e contratação nos municípios da área de influência. Áreas produtivas e benfeitorias são influenciadas pela implantação principalmente da faixa de servidão, e para isso existe um programa específico de estabelecimento de faixa de servidão e de indenização das benfeitorias. Um programa que já está em andamento, os proprietários já tem dialogado com o empreendimento e buscado essa, esse estabelecimento da faixa de servidão de forma correta. E o programa de comunicação social sempre abrindo diálogo entre o empreendimento e a sociedade. A instalação de uma faixa de servidão estabelece algumas restrições para área, que estão colocadas aqui as restrições, o que não pode ser feito na faixa de servidão. Plantações de grande porte, como eucalipto, coco e seringa, nós destacamos aqui a cana de açúcar, que também não é permitido seu plantio sob os cabos, na base das torres, a construção de casas, celeiros e currais na faixa de servidão também não é permitida, escavações com mais de 40 centímetros de profundidade, e implantação de sistemas de irrigação de pivô central também não é permitida na faixa de servidão. O que fica permitido: trânsito livre das pessoas e dos veículos, implantação e manejo de pastagens ao longo do ano, plantios convencionais, e implantação de cercas, irrigação localizada com bombas devidamente aterradas. Isso tá autorizado, isso é permitido na faixa de servidão. As atividades de turismo, como eu já demonstrei lá na frente, devem ser impactadas. E deve ser desenvolvido um programa de desenvolvimento do potencial turístico dentro do programa de comunicação social, além de um programa de educação ambiental, tanto de trabalhadores como das comunidades. É importante deixar claro que não é previsto impactos sobre unidade de conservação, sobre recursos hídricos, nem cavernas, conforme nós apresentamos aqui, já discutimos. O patrimônio arqueológico vem sendo avaliado por arqueólogos específicos e acompanhada pelo Iphan por meio de um processo administrativo também específico. Que pode ser visitado, é público para todos que tiverem interesse. Organizando,

juntando, e ordenando todas essas medidas mitigadoras, foram propostos programas, onze programas ambientais que eu já fui citando ao longo de toda a apresentação buscando mitigar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos. Por fim, considerando que o projeto atende à necessidade de expansão atual do sistema de fornecimento de energia e que elimina o esgotamento já identificado do sistema de fornecimento de energia; considerando que o projeto percorre terrenos de declividade e altimetria variável, ocupa em sua maioria pastagens, seguido de vegetação nativa de estágio médio, de regeneração, e que se localiza distante de aglomerações habitacionais, considerando ainda que não haverá interferência em unidades de conservação nem interação com comunidades tradicionais, como pescadores, indígenas e Quilombolas; considerando que ao longo desse trajeto foram identificados cavernas de baixa relevância; foram identificados e identificados impactos ambientais e foram propostas medidas pra mitigação dos impactos negativos e programas ambientais, a equipe técnica entende que o empreendimento Linha de Transmissão 345KV João Neiva 2, Subestação João Neiva 2 e a implantação da Subestação João Neiva 2, conforme proposto no estudo ambiental e seguindo as medidas e programas, ela se apresenta viável sócio-ambientalmente. Eu agradeço a atenção de vocês, me disponho a qualquer esclarecimento que se faça necessário na sessão de perguntas, deixo a todos aí boa noite e bom retorno. Obrigado.

Ulisses

Bom, agora são vinte horas e quinze minutos, vamos passar ao intervalo. E gostaria de falar nesse momento vão ser quinze minutos de intervalo, e esse é o momento propício para quem tiver interesse examinar tanto o EIA quanto o RIMA e trazer as perguntas na volta, às vinte e trinta, e nesse meio tempo pode servir de um cafezinho que é servido lá embaixo, lá embaixo. Então até às vinte e trinta.

Fabio

Se alguns dos senhores precisarem de pranchetas nós temos pranchetas e canetas disponíveis na mesa de recepção.

(Intervalo)

Ulisses

Vamos retomar as atividades da Audiência Pública. Só voltando a esclarecer àqueles que fizeram perguntas ou desejarem fazer é no formulário que foi distribuído, quem fizer a pergunta por escrito coloque nome, endereço, a quem a pergunta vai ser dirigido, e a pergunta em si. Quem for fazer a pergunta oral no lugar da pergunta escreve só a palavra oral. Gostaria de convidar para compor a mesa a gerente de Controle e Licenciamento geral do IEMA, senhora Maria Sepulcri, representante da interligação elétrica Itaúnas, senhor Dirceu Bueno de Camargo, e o representante da Econservação, senhor Albertoni Santana Pereira. São vinte horas e quarenta e dois minutos. Nós vamos receber as perguntas até às vinte e uma e doze. Quero saber se alguém já formulou alguma pergunta que deseja encaminhar aqui à mesa. (pausa) Gostaria de pedir, sempre fale o nome para efeito disso em Ata também.

Ulisses do Nascimento

Meu nome é Ulisses, sou da sede também. Ulisses do Nascimento. À respeito do, eu tava olhando de impacto ambiental florestal, somando as áreas de médio, de regeneração e a área avançada dá mais ou menos 19 mil hectares, não é isso, se não me engano, pela soma que eu fiz ali. Essas áreas que vão ser afetadas, onde se vai passar ali, vai ter alguma espécie de compensação onde não existe essas áreas de reflorestamento, de reflorestamento? Porque se você vai, e vai haver uma derrubada de uma área significativa se propõe que haja uma compensação também dessas áreas que foram, que vão ser degradadas, por onde vai passar o corredor.

Albertoni

Ulisses, a Legislação Florestal do Estado do Espírito Santo determina que áreas suprimidas em estágio médio-avançado devem ter um plantio compensatório correspondente ao dobro da área suprimida. Essa lei florestal do Estado, ela caminha junto com a Lei Federal, com a Lei da Mata Atlântica, protegendo esses ambientes, e o processo de autorização para supressão de vegetação ele corre dentro do IDAF, então há um processo já encaminhado dentro do IDAF, ele é público, pode ser conhecido lá pelo IDAF, onde já consta esses dados de supressão que eu mostrei hoje, que são 31 hectares no total, somando estágios avançado e médio, nós temos 9 mais 7 hectares, não não mil hectares, são 7 hectares então são 16 hectares de estágio médio e avançado, aproximadamente. Que devem ter uma compensação determinada pelo IDAF e que a lei preconiza o dobro de área daquilo que vai ser suprimido para estágio médio e avançado de vegetação, tá, isso dentro do ambiente de Mata Atlântica. (observação oral, inaudível, realizada sem microfone)

Ulisses

Essa compensação, eu vou citar o exemplo aqui de Santa Leopoldina. Vamos supor que nesses hectares cinco hectares seja dentro do município. Essa área de reflorestamento vai se obter dentro do próprio município ou você fala englobando todas as áreas que existem? Eu ia fazer uma outra pergunta também, com relação à segunda pergunta que eu faço, com relação a esse corredor que vai haver vai haver uma divisão mais ou menos de floresta, digamos assim, há uma divisão. Porque essa área que onde vai passar as torres você não vai poder fazer plantio de floresta embaixo das linhas. Como é que se estuda esse caso pra você fazer interligação de uma até por conta dos animais silvestres que ficam ali, transitar de um lado para o outro? Como é que é feito isso?

Albertoni

Complementando a resposta da primeira pergunta, Ulisses, o que a legislação orienta é que a compensação seja feita, preferencialmente, na mesma bacia hidrográfica em que ocorre a supressão. Então ela não determina a compensação, o plantio compensatório, que é o termo técnico pra essa compensação, ela não determina o plantio compensatório por município. Então ela pede que seja feita na mesma bacia hidrográfica, preferencialmente. Tá? E esses 31 hectares eles não estão determinados por município aqui na apresentação que eu fiz, né, são 31 hectares ao longo de toda a linha, 79 quilômetros de faixa de servidão da linha de transmissão, tá ok? Quanto à segunda pergunta, o efeito que você tá citando é chamado de fragmentação. Nós dividimos uma porção florestal, nós estamos fragmentando. Nós estamos tornando ela dividida em porções menores, em fragmentos menores. Nesse caso, embora não seja permitido ou possível o plantio de floresta embaixo dessa faixa de servidão, é permitido que haja o desenvolvimento de uma capoeira, de um cultivo, de formações vegetais que permitam o trânsito livre da fauna silvestre ou não, ao longo da faixa de servidão. Então considerando aí um corredor de 48 metros, no máximo, e a gente tem que entender que não há um corredor de 48 metros de largura contínuo ao longo dos 79 quilômetros. São várias partes pequenas sendo suprimidas. Tem um detalhamento disso já no projeto e nos estudos já protocolados, tanto no IDAF quanto no IEMA, então não vai se fazer uma faixa de 48 metros contínua ao longo dos 79 quilômetros, não é esse tipo de fragmentação, são faixas menores. Não são continuadas ao longo de todos os fragmentos. E pode haver formação de vegetação arbustiva, ou mesmo de capoeira, dentro da faixa de servidão, ou cultivos que servem para o trânsito dos animais ao longo dos fragmentos florestais que a gente encontra nessa faixa de servidão. Tá ok?

Ulisses

Mais alguma pergunta, alguma dúvida que precisa ser esclarecida no momento? Só essas dúvidas, ninguém?

Alfredo

Alfredo Stande, já foi falada mais foi muito rápido. A faixa de, essa faixa que vai de 48 metros vai

ter indenização para alguém ou isso é natural?

Dirceu

Alfredo, obrigado aí pela pergunta. Sim, ao longo de toda a linha de transmissão, a área onde é definida como sendo servidão, a gente diz que é servidão de passagem porque tá passando ali a linha de transmissão então você institui a servidão. Esse processo ele propõe que haja uma indenização ao proprietário que está sendo afetado em função daquelas condições que foram muito bem apresentadas aqui pelo Albertoni, de restrição dessa faixa para algumas coisas. Que ela seja e pode ser feita na faixa. Mas existem outras coisas que não pode ser feita, então em função disso você indeniza sim o proprietário. E essa faixa ela passa a constar na matrícula do imóvel. Então isso é escriturado, registrado em cartório e tal. E só para dar uma noção para vocês essa linha, são 79 quilômetros, ela atinge pouco mais de 200 proprietários, nós já 95% dos proprietários com negociação amigável firmada. Porque a negociação ela pode ser amigável ou judicial. Então nós já temos um índice de 95% de negociações amigáveis, grande parte dela já com escritura firmada, pagamento realizado, enfim, com toda essa preocupação. Obrigado.

Ulisses

Alguma outra pergunta? (pausa) Pode fazer.

Ulisses do Nascimento

Sem querer ser insistente, mas a gente precisa conhecer um pouco melhor as coisas. Você falou sobre aproveitamento de mão de obra. Lógico que é inviável você ter uma mão de obra por município, porque não tem, o serviço é contínuo, então você tem que de início você tem que ter já os trabalhadores de uma determinada região pra poder fazer isso. Como é que vai ser esse processo de seleção? Porque há um interesse de todos os municípios em querer que os seus trabalhadores participem nisso. Se você tem 380 que vai atingir cinco, sete municípios, então você tem que dividir isso. Como é que vai ser essa captação, quais, e principalmente, quais os critérios que a empresa vai adotar na hora de fazer a seleção desse pessoal?

José Luiz

Ulisses, muito obrigado pela pergunta também. Essa pergunta realmente é bastante interessante e é importante que a gente traga aqui esclarecimentos sobre ela. Quando a gente fala em 380 empregos a gente está falando em empregos diretos, de pessoas que vão efetivamente estar trabalhando aí na construção, nesse empreendimento. É naturalmente a Subestação que vai ser construída em João Neiva 2 ela ocupa um volume maior de mão de obra. Ele não é igual a da linha de transmissão. Porque a linha de transmissão, na verdade, você vai instalando essas torres que a gente vê por aí. Então é muito pontual. Instala uma torre aqui, anda quinhentos metros instala outra lá, quinhentos metros instala outra lá, assim por diante. Então o pessoal para esse tipo de tarefa ocupa um volume menor de mão de obra. Na Subestação não. Lá o volume é significativo e esse é um pessoal mais permanente no período todo da obra. Porque ele começa e vai praticamente até o final. Esse tipo de empreendimento ele naturalmente exige alguns postos de trabalho que são altamente especializados. Por exemplo, José falou de uma das tecnologias que a gente vai utilizar, nós vamos construir uma Subestação blindada lá em João Neiva, que é uma tecnologia novíssima no mundo todo. Então você tem pouquíssimos profissionais no Brasil com qualificação pra trabalhar com esse tipo de equipamento. E aí naturalmente isso dificulta que você tenha alguém mais regionalizado, então você tem que buscar “expert” do país, na verdade. Mas em contrapartida o grande volume de mão de obra ele é exatamente aquela mão de obra mais da parte civil. Então servente de pedreiro, pedreiro, pessoal que trabalha mais com a parte de construção civil geralmente. Como o critério não necessariamente vai se formar uma equipe única pra linha de transmissão inteira por todos os municípios. Não é assim que costumamos fazer. A gente tem aqui po Sergio que é da nossa empresa responsável pela construção, ele pode até no tête-a-tête dar um pouco mais de detalhes, né Sergio, mas a gente constitui alguns canteiros de trabalho, né, aqui vão ser dois, Sergio, me ajuda.

Canteiros. (resposta inaudível) Vai ser um aqui em Santa Leopoldina, isso.

Sérgio

Boa noite a todos. Eu sou Sergio Miranda, responsável pelo departamento de empreendimentos da IG Transmissão. Então complementando o que o Dirceu falou, então nós pretendemos montar um canteiro de obras central aqui em Santa Leopoldina, e o canteiro de apoio em Viana ou em João Neiva, né, mas aí canteiros menores pra evitar o deslocamento, muito deslocamento de caminhões, pra evitar todos esses problemas que o Albertoni frisou na questão ambiental, de poeira, poluição, emissão de fumaça, então vai ter esses dois canteiros de apoio nas extremidades.

Dirceu

Obrigado, Sergio. E só complementando que você perguntou sobre questões de RH, né, o padrão de contratação é padrão de qualquer outra empresa. Qualquer outra empresa que for se lançar a fazer um empreendimento ele tem lá os seus padrões de contratação que são normais para cada tipo de função, para cada tipo de atividade. Ok?

Ulisses

Alguma outra pergunta? Podemos encaminhar pro encerramento da Audiência?

Dirceu

Bom, encaminhando aí o Ulisses para encerramento eu gostaria de novamente agradecer a todos vocês pelo tempo dispensado pra vir aqui e entender o nosso empreendimento. E dizer que o papel do nosso grupo é realmente buscar contribuir com o crescimento do nosso país. E em específico esse tipo de empreendimento ele tem sim um impacto relevante pra economia local, pro desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Então mais uma vez muito obrigado a todos, tenham uma excelente noite e um bom retorno.

Ulisses

Só para as últimas orientações, lembrar também que além desse espaço aqui dessa Audiência Pública a comunidade pode se manifestar junto ao IEMA até o dia 15 de fevereiro também, que é o período de 10 dias úteis, como eu falei no início, pra manifestação da comunidade. Esse também vai ser o prazo pra empresa entregar junto ao IEMA, e deixar disponível lá, a Ata, lista de presença, no caso não vamos ter as fichas de perguntas porque não houve, mas vão ficar registradas na transcrição da Ata, e a Ata também vai estar na sua versão eletrônica no site do IEMA, que é o www.iema.es.gov.br. É... vou precisar de cinco pessoas, também vão ser necessários pra assinar a Ata que vai ser impressa. É uma Ata circunstanciada, com resumo do que aconteceu aqui na Audiência Pública, só pra efeito até do Processo, pra validar o evento de hoje. Eu vou passar a palavra pra gerente, senhora Maria Sepulcri, pra encerrar as palavras finais da Audiência. Boa noite.

Maria

O IEMA agradece a presença de todos. Agradecemos as contribuições. Esperamos que todas as dúvidas sobre o Licenciamento desse empreendimento tenham sido esclarecidas. Caso ainda tenha alguma dúvida nós estamos abertos via email: gea@iema.es.gov.br. Ou protocolado diretamente no Órgão Ambiental. Boa noite a todos.